

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1.257, DE 8 DE MARÇO DE 2012

(Publicada no D.O.U. de 09/03/2012)

Dispõe sobre o número de inscrição que representará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL e o SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e o inciso VII do art. 1º do Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 141, de 10 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 16, no § 5º do art. 21, e no § 2º do art. 32 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, resolvem:

Art. 1º A inscrição dos órgãos e entidades públicos de qualquer dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deverá obedecer ao disposto nesta Instrução Normativa, sem prejuízo do que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

CAPÍTULO I DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO PRINCIPAL DO ENTE FEDERATIVO NO CNPJ

Art. 2º O número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que representará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na qualidade de pessoa jurídica de direito público, para fins do disposto no § 1º do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, e no parágrafo único do art. 16, no § 5º do art. 21, e no § 2º do art. 32 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, será o número correspondente ao "CNPJ Interveniante" de cada ente federativo, constante do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), de que trata a Instrução Normativa STN nº 2, de 2 de fevereiro de 2012, DOU de 6/2/2012, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na Internet, no endereço <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>.

§ 1º O número de inscrição a que se refere o caput passará a ser identificado como Número de Inscrição Principal no CNPJ.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão promover, na forma disciplinada pelos arts. 13 e 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, a adequação dos dados cadastrais do respectivo Número de Inscrição Principal no CNPJ, especialmente para fins de adoção de um dos seguintes nomes:

I - Estado de (a)(o) [Nome do Estado];

II - Distrito Federal; ou

III - Município de (a)(o) [Nome do Município].

§ 3º Caso o Número de Inscrição Principal do ente federativo no CNPJ represente determinado órgão público de sua estrutura administrativa que configure unidade gestora de orçamento, conforme definição do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, deverá ser providenciada uma nova inscrição para esse órgão.

§ 4º A adequação cadastral prevista no § 2º deverá ser providenciada em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Instrução Normativa, sob pena de a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) promovê-la de ofício.

CAPÍTULO II DA VINCULAÇÃO DAS DEMAIS INSCRIÇÕES AO NÚMERO DE INSCRIÇÃO PRINCIPAL NO CNPJ

Art. 3º Para efeitos do disposto no § 2º do art. 32 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, todos os números de inscrição das unidades administrativas ou órgãos da Administração Pública Direta que não possuem personalidade jurídica própria serão vinculados ao Número de Inscrição Principal do respectivo ente da Federação no CNPJ.

Parágrafo único. A vinculação de que trata o caput não inclui as inscrições correspondentes às pessoas jurídicas de direito público ou privado da Administração Pública Indireta dos entes da Federação, nem os respectivos fundos públicos.

Art. 4º Depois de 5 (cinco) dias da publicação desta Instrução Normativa, será dado, às unidades administrativas ou órgãos da Administração Pública Direta que não possuem personalidade jurídica própria e às entidades da Administração Pública Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, acesso à relação de inscrições correspondentes ao Número de Inscrição Principal no CNPJ, por meio do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, no sítio da STN na Internet, no endereço mencionado no caput do art. 2º.

§ 1º Caso o ente federativo identifique, na relação citada no caput, inscrição que não integre a estrutura de sua Administração Pública Direta ou Indireta, deverá:

I - tratando-se de órgão público ou entidade já extinta, solicitar a baixa da respectiva inscrição no CNPJ, na forma disciplinada pelos arts. 13, 14, 25 e 26 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011;

II - tratando-se de órgão público ou entidade que nunca tenha integrado sua estrutura administrativa, informar esse fato à unidade da RFB de sua jurisdição, por meio do formulário constante do Anexo Único a esta Instrução Normativa.

§ 2º Caso o ente federativo identifique incorreção em dado cadastral de órgão público ou entidade que integre a respectiva Administração Pública, deverá providenciar sua correção no CNPJ, na forma disciplinada pelos arts. 13 e 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

§ 3º Caso o ente federativo perceba a ausência, na relação citada no caput, de órgão público ou entidade que integre a estrutura de sua Administração Pública, deverá providenciar a correção dos respectivos dados cadastrais no CNPJ, na forma disciplinada pelos arts. 13 e 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

§ 4º As providências previstas neste artigo, a cargo dos entes federativos, deverão ser tomadas até 30 de junho de 2012.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º A partir de 1º de agosto de 2012, o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias passará a ser alimentado automaticamente com os dados do CNPJ.

Art. 6º A consulta quanto ao cumprimento de requisitos fiscais para a realização de transferência voluntária, operação de crédito ou concessão de garantia pela União dar-se-á nos termos das normas específicas.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

ANEXO ÚNICO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

SOLICITAÇÃO DE EXCLUSÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E/OU ENTIDADES QUE NUNCA INTEGRARAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ENTE FEDERATIVO

Ilmo. Sr. Delegado/Agente,

01 - IDENTIFICAÇÃO

ENTE FEDERATIVO	CNPJ PRINCIPAL N°
-----------------	-------------------

02 - ENDEREÇO

RUA, AVENIDA, ETC.	NÚMERO	COMPLEMENTO	E-MAIL	
BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF	CEP	TELEFONE

03 - PESSOA PARA CONTATO

NOME	TELEFONE
------	----------

o ente federativo acima identificado, representado neste ato pelo seu Representante no CNPJ:

DECLARA que os órgãos públicos e/ou entidades a seguir identificados nunca integraram sua Administração Pública Direta ou Indireta, em qualquer época.

SOLICITA, portanto, que a Secretaria da Receita Federal do Brasil exclua qualquer vínculo que tais inscrições no CNPJ possam ter com o ente federativo acima identificado.

DECLARA que está ciente de que a falsificação ou adulteração das informações constantes deste requerimento sujeitará as pessoas que para ela concorrerem às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

ASSINATURA DO REPRESENTANTE PELO CNPJ PRINCIPAL DO ENTE FEDERATIVO

OBSERVAÇÃO: No caso de órgão público ou entidade da respectiva Administração Pública que já tenha sido extinto, deverá ser providenciada a baixa de sua inscrição no CNPJ, na forma disciplinada pelos arts. 13 e 14 da IN RFB 1.183, de 2011.

Recepção da RFB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

INSCRIÇÕES NO CNPJ A SEREM EXCLUÍDAS

NOME EMPRESARIAL	CNPJ N°
JUSTIFICATIVA: () TRATA-SE DE ÓRGÃO PÚBLICO OU ENTIDADE DE OUTRA ESFERA DE GOVERNO. () TRATA-SE DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO. () _____	
NOME EMPRESARIAL	CNPJ N°
JUSTIFICATIVA: () TRATA-SE DE ÓRGÃO PÚBLICO OU ENTIDADE DE OUTRA ESFERA DE GOVERNO. () TRATA-SE DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO. () _____	
NOME EMPRESARIAL	CNPJ N°
JUSTIFICATIVA: () TRATA-SE DE ÓRGÃO PÚBLICO OU ENTIDADE DE OUTRA ESFERA DE GOVERNO. () TRATA-SE DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO. () _____	
NOME EMPRESARIAL	CNPJ N°
JUSTIFICATIVA: () TRATA-SE DE ÓRGÃO PÚBLICO OU ENTIDADE DE OUTRA ESFERA DE GOVERNO. () TRATA-SE DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO. () _____	
NOME EMPRESARIAL	CNPJ N°
JUSTIFICATIVA: () TRATA-SE DE ÓRGÃO PÚBLICO OU ENTIDADE DE OUTRA ESFERA DE GOVERNO. () TRATA-SE DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO. () _____	
NOME EMPRESARIAL	CNPJ N°
JUSTIFICATIVA: () TRATA-SE DE ÓRGÃO PÚBLICO OU ENTIDADE DE OUTRA ESFERA DE GOVERNO. () TRATA-SE DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO. () _____	